

A geoeconomia da presença chinesa no Brasil através dos Investimentos Externos Diretos: o caso do setor de energia elétrica (2000-2022)

Helton Ricardo Ouriques¹

Mariana Collette Piai Ersina²

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar os fluxos de Investimento Externo Direto da China destinados ao setor de energia hidrelétrica no Brasil. Nossa hipótese é a de que esses investimentos se inserem em um processo mais amplo por parte do Estado chinês, denominado Grande Estratégia, que implica na maior projeção externa, através de duas forças fundamentais: a acumulação de poder (projeção da China no exterior) e a acumulação de capital (presença dos capitais em âmbito internacional). Portanto, o incremento das relações econômicas entre China e Brasil deve ser compreendido no contexto de um posicionamento ativo daquele país na economia-mundo capitalista.

Palavras-chave: Brasil, China, Investimentos Externos Diretos, Grande Estratégia.

The geoeconomics of the Chinese presence in Brazil through Foreign Direct Investments: the case of the electricity sector (2000-2022)

Abstract: The main purpose of this article is to investigate the flows of Foreign Direct Investments from China, destined to the hydroelectric energy sector in Brazil. Our hypothesis is these investments are part of a broader process led by the Chinese State, called Great Strategy, which implies in two fundamental forces: the accumulation of power (China's projection abroad) and the accumulation of capital (presence of China's capital internationally). Therefore, the increase in economic relations between China and Brazil must be understood in the context of an active positioning of that country in the capitalist world-economy.

Key words: Brazil, China, Foreign Direct Investments, Great Strategy.

La geoeconomía de la presencia china em Brasil a través de la Inversión Extranjera Directa: el caso del sector eléctrico (2000-2022)

Resumen: El objetivo de este artículo es investigar los flujos de Inversión Extranjera Directa de China destinados al sector de energía hidroeléctrica en Brasil. Nuestra hipótesis es que estas inversiones forman parte de un proceso más amplio del Estado chino, aquí denominado Gran Estrategia, que implica una mayor proyección externa, a través de dos fuerzas fundamentales: la acumulación de poder (proyección de China en el exterior) y la acumulación de capital (presencia de capitales chinos en escala internacional). Por lo tanto, el aumento de las relaciones económicas entre China y Brasil debe entenderse en el contexto de un posicionamiento activo de ese país en la economía-mundo capitalista.

Palabras-clave: Brasil, China, Inversión Extranjera Directa, Gran Estrategia.

Introdução

É impossível analisar com rigor o desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo nas duas últimas décadas, sem dedicar um espaço para a análise das relações com a China. A intensificação dos fluxos de mercadorias e de capital

¹ Doutor em Geografia pela UNESP; professor do Departamento de Economia da UFSC.

² Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da UFSC.



chineses com destino ao Brasil nos últimos vinte anos tem impactado a organização da produção, as políticas externa e econômica e a própria geografia, replicando o que vem ocorrendo em toda a América Latina (Bernal-Meza, 2022).

O Brasil mantém relações diplomáticas com a China desde a década de 1970. Nesses pouco mais de 50 anos, as relações entre os dois países cresceram de maneira significativa, sobretudo a partir dos anos 2000, através das crescentes relações comerciais bilaterais. Para além das mercadorias, o Brasil passou a ser um alvo significativo dos capitais público e privado chineses a partir de 2010, no marco de sucessivas medidas governamentais de suporte à internacionalização dos capitais por parte do Estado chinês.

Naquele ano, o Investimento Externo Direto (IED) chinês confirmado na economia brasileira somava US\$ 13,9 bilhões. Segundo relatório de 2014 do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2014), este valor representou cerca de 28% do total dos IEDs recebidos pela América Latina. A princípio, os IEDs chineses confirmados no Brasil se concentraram no setor extrativista, e refletiram diretamente a necessidade de assegurar o oferecimento de *commodities* primárias, sobretudo de petróleo, soja e minério de ferro. Nos anos seguintes, no entanto, o setor extrativista gradualmente perde importância; enquanto que o setor de energia se transforma no foco dos investimentos chineses no Brasil a partir de 2012.

Considerados os indicadores quantitativos, o setor de energia elétrica é, sem sombra de dúvidas, o grande foco dos capitais das empresas chinesas no Brasil entre 2007 e 2021. Segundo relatórios elaborados pelo CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China), cerca de 48% de todo fluxo de IED confirmado nesses 15 anos foram direcionados a 70 projetos de geração ou transmissão de energia. O setor recebeu projetos que somam US\$ 28,5 bilhões realizados, majoritariamente, por grandes empresas estatais chinesas, com destaque para as gigantes *State Power Investment Corporation*, *China Three Gorges* e *State Grid Corporation of China*. O setor de energia elétrica demanda investimentos extraordinários, exige grandes reservas de excedentes de capital e seu retorno não é imediato. Nesse sentido, a combinação desses determinantes demanda uma profunda coordenação entre as empresas, bancos de desenvolvimento e agências estatais chinesas, e imprime uma tendência de predominância de investimentos das Grandes Estatais Centrais sobre a totalidade do IED chinês no setor.



Esse artigo pretende investigar os fluxos de IED chineses destinados ao setor de energia hidrelétrica brasileiro e compreender as motivações chinesas a respeito do incentivo estatal à externalização dos capitais destinados ao setor em questão. A hipótese de investigação é que, para além do abastecimento das cadeias extrativistas brasileiras, a China tem impulsionado os IED no exterior, de modo geral, e no setor elétrico brasileiro, de modo particular, para absorver parte do seu capital sobreacumulado e conter as tendências inflacionárias domésticas.

Além disso, há a motivação geopolítica de posicionamento daquele país no sistema econômico internacional, ocupando espaços estratégicos através da atuação em setores considerados essenciais, como matérias-primas e recursos energéticos. Com esse propósito, como argumenta Harvey (2004), a expansão geográfica chinesa, a partir de seus IEDs, é extremamente útil e indispensável para estabilização do seu sistema econômico. Nesse sentido, a presença crescente da China na América Latina, e no Brasil em particular, através tanto do fluxo de comércio quanto dos estoques de IEDs, devem ser entendidos como elementos de um posicionamento estratégico daquele país na economia-mundo capitalista.

O artigo, com o propósito de discutir esse assunto, está dividido da seguinte forma, para além dessa introdução: a) uma breve apreciação acerca da projeção global da China; b) uma apreciação acerca dos IEDs da China no Brasil; c) uma apreciação acerca dos investimentos chineses no setor de energia elétrica do Brasil; e d) as considerações finais. Esperamos, com isso, evidenciar as características e a dinâmica da maior presença econômica da China no Brasil, através desse estudo de caso.

A projeção global da China na atual conjuntura da economia mundo capitalista

Um aspecto fundamental da transformação da economia política internacional no Século XXI tem sido o ressurgimento da China, que passou pelo “século das humilhações” (1839-1945), pela quase desconexão do sistema internacional (1949 – 1976) e vem, desde 1976, com a chegada de Deng Xiaoping na liderança do governo, à incorporação, dessa vez não forçada, à economia-mundo capitalista (Vieira, 2021).

Esse ressurgimento, que pode ser melhor caracterizado pela centralidade cada vez maior da China nos processos de acumulação de capital em âmbito global, vem impactando sobremaneira o destino de outras regiões (em particular a África e a



América Latina). Desde o início do processo de reforma e abertura³, iniciado em 1976, aquele país transformou o desenvolvimento não em um fim em si mesmo. Para Harvey (2005, p. 133), o Partido Comunista “quase certamente acolheu as reformas econômicas a fim de reunir recursos e atualizar sua capacidade tecnológica para melhor capacitar-se a administrar a dissensão interna, defender-se melhor de agressões externas e projetar seu poder externamente em sua esfera geopolítica imediata e interesse, num Leste e Sudeste asiáticos em rápido desenvolvimento”.

Nesse sentido, a ênfase que foi dada à entrada de Investimentos Externos Diretos (que cresceram substancialmente a partir dos anos 1990), inicialmente nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), atraindo particularmente capitais de países do Leste Asiático, foi uma estratégia pensada para que o Estado chinês direcionasse e mesmo controlasse o processo de desenvolvimento (Castells, 1999), algo que parece ocorrer até os dias de hoje.

A presença de capitais e mesmo de empresas dos países da região na China são evidências do vigor histórico daquela *região-mundo*, que funciona de forma interconectada há séculos (Arrighi, Hamashita e Selden, 2003). É nesse sentido que o ressurgimento da China deve ser pensado em termos sistêmicos, e considerado em uma perspectiva mais ampliada, estando inserido no quadro mais amplo das mudanças que vem ocorrendo no Leste Asiático desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no contexto da hegemonia dos EUA (Arrighi, 1997). E, na atual conjuntura, parecem existir evidências de que a China é o principal agente da expansão de toda aquela região (Li, 2020; Hung, 2022). O fato de a China ter acumulado enorme poder financeiro nas duas últimas décadas e estar, através da estratégia *going global*, externalizando suas empresas e capitais (via IED, objeto desse artigo), indicam um poder econômico e também político cada vez maiores no sistema internacional.

A relevância financeira pode ser exemplificada pelo fato de a China, junto com o Japão, ter socorrido os EUA na crise financeira de 2008-2009 (Harvey, 2011). A presença de fábricas chinesas no exterior⁴ e o fluxo de IEDs chineses que se expandiram sobremaneira nas duas últimas décadas são indicadores empíricos

³ O processo de reforma e abertura, instaurado por Deng Xiaoping em 1976, consistiu no que foi chamado de as quatro modernizações: na agricultura, na indústria, na defesa e na ciência e tecnologia (Harvey, 2008).

⁴ A título de exemplo, em 2022 a *Great Wall Motors* (GWM), maior montadora de automóveis da China, anunciou investimentos no Brasil, na fábrica que adquiriu da Mercedes Benz em Iracemápolis (SP). A fábrica produzirá veículos elétricos, como SUV e picapes, com capacidade de produção de 100.000 veículos por ano para abastecer o mercado doméstico brasileiro e regional.



dessa acumulação de capital e poder, que só pode ser compreendida de forma mais completa se levarmos em consideração e geoeconomia e a geopolítica.

Os estudos estratégicos utilizam o conceito de geoeconomia para evidenciar a relação entre fatores geográficos e políticas econômicas. Esse conceito atrela o uso de recursos econômicos com a finalidade de atingir fins geopolíticos, ou objetivos ligados ao interesse nacional (Blackwill e Harris, 2016). Em outras palavras, a geoeconomia pode ser entendida como a continuação de geopolítica por outros meios, parafraseando Clausewitz (Kotz e Ouriques, 2021). São exemplos de políticas com efeito geoeconômico: 1) a compra de títulos de dívida nacional de outras nações; 2) decisões de mudança nos parceiros comerciais, sobretudo no caso da compra e venda de recursos estratégicos; 3) a decisão de alocação de investimento estrangeiro direto ou de capital de curto prazo; 4) a importância de determinada nação para o sistema financeiro global, que pode ser utilizada como elemento de barganha geoeconômica; 5) o uso do tamanho do mercado doméstico como fator de negociação⁵; 6) o estabelecimento de embargos comerciais, entre outros (Blackwill e Harris, 2016).

A última etapa do que se chama Grande Estratégia chinesa é a Nova Rota da Seda (Kotz e Ouriques, 2021). Esse termo envolve planos e políticas de Estado, e engloba o uso de recursos políticos, diplomáticos e econômicos para a consecução de objetivos nacionais. Como destacado por Danner (2018), a Grande Estratégia pode ser definida como a segurança geral a longo prazo e políticas externas do estado territorial. Assim, a projeção da China no exterior através dos Investimentos Externos Diretos, notadamente nas duas últimas décadas, e em particular em regiões periféricas e semiperiféricas da economia-mundo capitalista⁶, como a África e a América Latina, deve ser entendida como um elemento desse posicionamento geral. Em outros termos, os IEDs da China fazem parte de um propósito maior, de transformar a *acumulação de capital* em *acumulação de poder*. Nas próximas seções, vamos detalhar esse propósito através do estudo de caso do setor de energia no Brasil.

⁵ Por exemplo, quando as empresas chinesas exigem a transferência de tecnologia ou o estabelecimento de *joint ventures* com empresas nacionais, para as empresas estrangeiras que queiram se estabelecer em seu território e explorar o seu mercado. Foi isso, aliás, o que o Estado chinês fez desde o início do processo de reforma e abertura.

⁶ Para uma discussão sobre o conceito de semiperiferia, ver Arrighi (1997).



Investimento Externo Direto Chinês no Brasil

O desenvolvimento chinês foi impulsionado pelo processo de reforma e abertura, materializado pelas progressivas medidas de descoletivização do campo, reforma bancária, criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), política de administração cambial ativa, expansão das empresas estatais locais e provinciais e, nas duas últimas décadas, pelo crescente Investimento Externo Direto (IED) em várias partes do mundo, através de internacionalização de suas empresas. Todos esses fatores contribuíram para que a China se transformasse em uma enorme potência no contexto mundial.

Certamente, como aponta Giovanni Arrighi (2008), a conjunção de todas essas políticas, que por escassez de espaço não podem ser esmiuçadas neste artigo, deram as condições materiais necessárias para o desenvolvimento industrial chinês. Dentre elas, a atração de investimentos externos foi um elemento importantíssimo para o sucesso do desenvolvimento econômico do país.

Com objetivo de alavancar a economia, o governo da China implementou, a partir de 1978, uma série de medidas para atrair empresas e capitais internacionais para o interior de suas fronteiras. Vale dizer que essa estratégia nada tem de inédito. Grande parte dos países em desenvolvimento procuraram atrair os excedentes de capital do mundo desenvolvido, como estratégia para o crescimento. No entanto, a China, diferentemente da grande maioria desses países, possuía condições políticas e sociais singulares que, não apenas chamaram enormemente a atenção dos investimentos estrangeiros, como também permitiram impor certas condicionalidades à entrada desses capitais.

Como argumenta Harvey (2004), a China pôde absorver o excedente econômico das grandes potências capitalistas que tinham como necessidade incontornável realizar a “ordenação espaço-temporal” dos seus capitais que encaravam processos de sobreacumulação, sobretudo a partir da década de 1980. De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), desde 2001 a China é o segundo maior destino dos IED no mundo e o maior entre os países em desenvolvimento.

Como destacam Zakic e Radisic (2017), a China passou a implementar uma estratégia diferente para continuar sua trajetória de desenvolvimento na passagem para o século XXI, e passou a expandir seus negócios no exterior. Durante a implementação do 10º (2001-2005) e do 11º (2006-2010) Planos Quinquenais, a



política “Go Global” foi enfatizada como uma das políticas estratégicas mais importantes da China. Por isso que, além da exportação de capitais, os Investimentos Estrangeiros Diretos Externos cresceram de forma significativa desde então. Essa estratégia, com clara motivação geoeconômica (visando ocupar espaços na economia mundial em setores considerados essenciais para a China), associou-se diretamente à política externa de *ascensão pacífica*.

A projeção chinesa no exterior associa-se à própria dinâmica da economia política da China: de um lado, garantir o suprimento de fontes energéticas e matérias-primas para sua estrutura industrial; de outro lado, garantir a absorção externa do capital excedente (financeiro e produtivo) acumulado internamente. A maior conexão econômica da China com as regiões periféricas e semiperiféricas do capitalismo, em particular, deve ser compreendida com esse pressuposto. Por isso, não foi surpreendente a maior presença desse país na América Latina desde os anos 2000, transformando-se no principal parceiro comercial de vários países, inclusive o Brasil (Jenkins, 2010; Nacht, 2012; Ouriques, 2019).

Nas primeiras décadas do século XXI, as relações comerciais entre nosso país e a China engataram uma série histórica de expressivo crescimento, com o fluxo comercial passando de US\$ 2,3 bilhões em 2000 para US\$ 135,5 bilhões em 2021 (MDIC, Secex, 2023). A partir de 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, com as exportações brasileiras para a China somando expressivos US\$ 20,994 bilhões, sobretudo em minério de ferro, petróleo, soja e carnes. Por sua vez, as importações brasileiras de produtos chineses alcançaram nesse mesmo ano US\$ 15,904 bilhões ou 12,29% do total geral das importações brasileiras, e se concentravam, segundo o relatório “*Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012*”, elaborado em 2013 pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2014), majoritariamente, em máquinas e equipamentos.

A evidente distinção qualitativa entre os principais produtos comercializados entre as duas nações reflete a assimetria característica das relações comerciais sino-brasileiras, que carregam, a longo prazo, potencialidades negativas para a economia do Brasil. Ignorando tais impactos e mergulhado num cenário positivo nos termos de troca⁷, o governo brasileiro buscou, por todos os meios, impulsionar as relações

⁷ Esse cenário positivo foi causado, sobretudo, pela massiva oferta de produtos manufaturados no mercado mundial e pela gigantesca demanda por matérias-primas. Ambos os processos foram impulsionados pelo desenvolvimento da economia chinesa.



comerciais com a China que, a essa altura, possuía um grande peso na manutenção dos superávits primários das receitas nacionais e gerava o substrato econômico necessário para a realização das modestas políticas de distribuição de renda operadas.

Com o conveniente apoio do governo brasileiro, os fluxos comerciais com a China seguiram por uma notável espiral de crescimento que perdurou sem grandes perturbações até o início da década de 2010. Ao passo que os fluxos comerciais começaram a indicar um menor dinamismo, os IED chineses no Brasil começaram a ganhar volume e robustez (HIRATUKA, 2019), sobretudo a partir de 2010, como apontado pelo CEBC (2021), indicando a gênese de uma nova fase nas relações econômicas entre Brasil e China, caracterizada pelo incremento substantivo dos fluxos de IED chineses no Brasil⁸.

Efetivamente o Brasil se tornou alvo das inversões chinesas mais ou menos uma década depois que o gigante asiático emergiu no sistema internacional como grande credor desta modalidade de investimentos. Aproximadamente dez anos antes de penetrar a economia brasileira, segundo dados da CEBC, as empresas chinesas, impulsionadas pelo governo, ao final do ano de 2001 já haviam investido parcelas de seus capitais em pelo menos 149 economias ao redor do mundo.

O apoio do Estado chinês à internacionalização dos capitais das empresas chinesas foi, segundo Luo, Xue e Han (2010), imprescindível para o sucesso da empreitada. Segundo os autores, durante todo o período que se estende desde os últimos anos da década de 1970 até 2010, ano em que escrevem, o papel desempenhado pelo governo chinês em relação aos IED se transformou integralmente. Isto é, ao longo de aproximadamente três décadas, o governo chinês abandonou as rígidas políticas de regulação dos IEDs e adotou, progressivamente, medidas para guiá-los e impulsioná-los.

É importante ressaltar esse aspecto: a intensificação das investidas dos capitais das empresas chinesas no Brasil, em especial a partir de 2010⁹, insere-se no marco de sucessivas medidas governamentais de suporte à internacionalização do capital chinês, seja privado ou estatal (Buckley, 2007; Hendler e Rodrigues, 2018). Neste ano os investimentos chineses confirmados na economia brasileira somavam

⁸ Em 2007 foram confirmados 3 projetos de IED da China no Brasil, no montante de US\$ 0,43 bilhões. Em 2010 foram 13 projetos, no montante de US\$ 13,09 bilhões. E, em 2021, foram 28 projetos consolidados, perfazendo um total de US\$ 5,9 bilhões em investimentos (CEBC, 2022).

⁹ Ano em que o IED chinês no Brasil, acompanhando a tendência global, torna-se de fato significativo.



US\$ 13,9 bilhões ou cerca de 28% do total dos IEDs recebidos por toda a América Latina que, segundo relatório da CEPAL (2012). Em 2010, segundo Hiratuka (2019), 90% dos investimentos chineses confirmados na economia brasileira se concentraram no setor extrativista e refletiam diretamente a necessidade de assegurar o oferecimento de *commodities* primárias, sobretudo de petróleo, soja e minério de ferro.

De acordo com o relatório do CEBC (2021) “*Investimentos Chineses no Brasil. Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)*”, as características dos IEDs chineses no Brasil se conservaram no ano seguinte. Entre 2010-2011 os setores de extração de minérios, petróleo e agricultura atraíram cerca de 83% do total dos valores investidos ou prospectados no período. Cabe destacar também a predominância das empresas estatais chinesas nas grandes operações realizadas no período e do modelo de investimento caracterizado por transferências total ou parcial de propriedade de ativos por fusões e aquisições. Nos anos seguintes, o setor extrativista gradualmente perde importância, e o foco dos investimentos chineses no Brasil, a partir de 2012, se concentra no setor de energia, mais especificamente na área de energia elétrica, como detalharemos a seguir.

Investimento Externo Direto chinês no setor de Energia elétrica brasileiro

A análise dos indicadores quantitativos do IED chinês no Brasil demonstra que o setor de energia elétrica se transformou no grande foco dos capitais das empresas chinesas no país entre 2007 e 2021. Nesse período, cerca de 46% de todo fluxo de IED confirmado fora direcionado a 70 projetos de geração ou transmissão de energia (CEBC, 2022). O setor de energia elétrica brasileiro, segundo o relatório mais recente do CEBC (2022), recebeu projetos que somam aproximadamente US\$ 28,5 bilhões. A maior parcela dos investimentos chineses diretos no setor se deu por meio de fusões e compras de empresas nacionais ou estrangeiras estabelecidas no país (BARBOSA, 2020). Os projetos de tipo *Greenfield*¹⁰ têm menor proeminência no setor e se concentram, sobretudo, na ampliação e adequação das plantas produtivas adquiridas anteriormente por meio das fusões e aquisições.

O setor de energia elétrica demanda investimentos extraordinários, exige grandes reservas de excedentes de capital e seu retorno não é imediato. Nesse sentido, a combinação desses determinantes demanda uma profunda coordenação entre as

¹⁰ Os investimentos *Greenfield* correspondem, em suma, segundo a literatura, a investimentos que resultam na construção de novas operações no país destino.



empresas, bancos de desenvolvimento e agências estatais chinesas, e imprime uma tendência de predominância de investimentos das Grandes Estatais Centrais sobre a totalidade do IED chinês no setor. Constata-se ainda a extraordinária superioridade dos projetos em energia hidrelétrica. Contudo, esse fato não gera grande espanto se considerados a matriz elétrica brasileira (na qual as hidrelétricas são responsáveis por cerca de 64% da geração de energia¹¹), a capacidade instalada de geração de energia no Brasil, as recentes iniciativas e programas regionais e nacionais para a promoção de infraestrutura logística e energética e a predileção das empresas chinesas pela compra de ativos de empreendimentos já consolidados.

No Brasil, desde 2010, empresas chinesas têm se ocupado em absorver uma parcela do mercado de geração, transmissão e distribuição de energia. Segundo os dados apresentados pela CEBC (2022) no relatório *“Investimentos Chineses no Brasil – Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)”*, as empresas chinesas detêm o controle e a operação de 10% de toda a produção de energia elétrica, 12% da totalidade das Linhas de Transmissão e 12% de toda a malha de distribuição de energia elétrica no país.

Entre 2010 e 2021, de acordo com o cruzamento de dados dos veículos de mídia especializada e de relatórios produzidos pela CEBC e pela plataforma online *Brics Policy Center*, 21 empresas chinesas investiram em energia no Brasil, sendo elas: *China National Chemical Corporation (CHEMCHINA)*, *China General Nuclear (CGN)*, *China Three Gorges (CTG)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)*, *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *China National Chemical Corporation (SINOCHEN)*, *China Petroleum & Chemical Corporation (SINOPEC)*, *State Power Investment Corporation (SPIC)*, *State Grid Corporation of China (SGCC)*, *Shandong Electric Power Construction Corporation*, *Jiangsu Communication Clean Energy Technology*, *Jinjiang Environment*, *China Investment Corporation*, *BYD Energy*, *JA Solar*, *Trina Solar*, *CED Prometheus*, *Shanghai Electric*, *China Southern Petroleum Exploration and Development (CNODC)*, *HL Petroleum Equipment CO. LTDA*, *Shanghai Shemar Power Holding* e *SINOHYDRO*.

Dentre as 22 empresas em questão, ganham destaque as gigantes *State Power Investment Corporation (SPIC)*, *China Three Gorges (CTG)* e *State Grid Corporation of China (SGCC)*. No Brasil, a SPIC está presente em quatro estados brasileiros¹² e em

¹¹ De acordo com o Anuário Estatístico da Energia Elétrica, 2021.

¹² Goiás, Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro



2017 adquiriu, por aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Usina Hidrelétrica (UHE) de São Simão, situada na divisa entre os estados de Minas Gerais e Goiás¹³.

Atua no mercado brasileiro de energia elétrica também a SGCC, a partir da sua subsidiária local *State Grid Brazil Holding* (SGBH)¹⁴. A empresa chegou ao Brasil em 2010, está presente em 14 estados¹⁵ e figura entre as maiores empresas de energia brasileira. Em 2010 a empresa penetrou o mercado brasileiro através da compra da totalidade dos ativos financeiros do consórcio de empresas espanholas Plena Transmissoras (composto pelas empresas Elecnor, Isolux e Cobra) por aproximadamente US\$ 1,824 bilhão¹⁶. Essa primeira aquisição abriu caminho para uma série de novos investimentos por parte dessa empresa¹⁷. Dentre eles, vale destacar a compra em 2017 de 94,75% das ações da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a construção da maior linha de transmissão de alta tensão de energia do mundo, que liga a UHE de Belo Monte ao estado do Rio de Janeiro.

A última central estatal chinesa que penetrou o setor hidrelétrico brasileiro, e que merece destaque especial, é a CTG. A gigante chinesa, que distribui investimentos em mais de 40 países, chegou ao Brasil em 2013 através da sua subsidiária *China Three Gorges Brasil*. Neste mesmo ano a CTG adquiriu 49% dos ativos da empresa do setor elétrico Energias de Portugal (EDP) e assumiu 7 projetos hidrelétricos no país, entre eles as UHE de Santo Antônio do Jari no estado do Pará, a UHE Cachoeira-Caldeirão no estado do Amapá, e a UHE São Manoel, localizada em Mato Grosso.

Dois anos depois, a CTG Brasil finalizou a negociação e a compra das empresas Rio Verde S.A., Rio Canoas Energias S.A. e Triunfo Negócios de Energia, o que lhe viabilizou a gerência das UHE de Salto em Goiás e da UHE de Garibaldi no estado de

¹³ No ano de 2018, a sucursal chinesa responsável pela operação da UHE São Simão, anunciou uma proposta bilionária para a aquisição da quinta maior UHE do país, localizada nas águas no Rio Madeira, no estado de Rondônia. A SPIC Brasil ofereceu uma proposta de R\$ 10 bilhões para a compra da UHE de Santo Antônio. No entanto, apesar da oferta e da avançada negociação, a compra não foi concluída por discordância entre as partes do valor final oferecido.

¹⁴ Segundo dados anunciados pelo portal da empresa, a *State Grid* é a maior empresa de transmissão de energia do país, opera aproximadamente 15.760 quilômetros de linhas de transmissão de energia, 73 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), 8 UHEs, além de 23 concessionárias, 45 parques eólicos, 8 usinas de biomassa, 2 Usinas Termelétricas (UTE) e 1 usina solar.

¹⁵ Bahia, Ceara, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins e São Paulo.

¹⁶ Segundo dados oficiais do portal *Brics Policy Center*. Há uma discrepância em relação ao montante final acordado. O CEBC (2022) disponibiliza em seu relatório um montante um pouco mais baixo de US\$1,720 bilhão.

¹⁷ Dentre os quais, destacamos: a) em 2012, Iracema Transmissora de Energia S.A. (investimento de R\$ 503 milhões; b) em 2017, CPFL Geração de Energia S.A. (investimento de R\$ 12 bilhões). Fonte: *Portal BRICS Policy Center* e Relatório de Administração da *State Grid Brazil Holding*, de 2016.

Santa Catarina. Ainda nesse ano, a CTG Brasil ganhou o leilão de concessões 12/2015 da ANEEL e adquiriu, por U\$ 3,7 bilhões, o controle e operação da UHE de Jupia e UHE de Ilha Solteira, ambas localizadas nos limites entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Em 2016, a CTG Brasil concluiu a compra dos empreendimentos operados pela *Duke Energy International* no Brasil. A transação garantiu a propriedade e o controle da Rio Paranapanema Energia S.A., empresa que administra 10 empreendimentos hidrelétricos, sendo estes, 8 UHEs distribuídas no curso das águas do rio Paranapanema e 2 PCHs localizadas sobre as águas do rio Sapucaí-Mirim, no estado de São Paulo. Em 2021, a CTG, segundo o relatório do CEBC (2022, p. 27) “deu continuidade a seus investimentos no país e aportou R\$ 321 milhões em quatro projetos em São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina”. Desta forma, a CTG Brasil construiu um portfólio de investimentos bastante extenso centrado no setor de geração de energia hidrelétrica brasileiro. É a segunda maior empresa privada geradora de energia do Brasil, está presente em 10 estados da federação¹⁸ e possui investimentos em 17 empreendimentos hidrelétricos (Portal CTG Brasil, 2023).

Juntas, as três Centrais Estatais chinesas – SPIC Brasil, SGBH e CTG Brasil – são responsáveis 18,867 GW de energia do parque gerador brasileiro, cerca de 10,8% de toda a capacidade de geração nacional. Segundo o Portal Painel China do *BRICS Policy Center* (2023), as três empresas investiram cerca de US\$ 22,473 bilhões no setor de energia elétrica, um terço de todas as inversões chinesas no Brasil nos últimos 14 anos. Cabe destacar ainda que juntas às demais empresas, controlam uma malha de transmissão de energia de extensão de aproximadamente 21.000 quilômetros, a mesma extensão da grande muralha da China.

Esse breve relato da atuação das empresas chinesas no setor energético localizado no Brasil exemplifica a internacionalização dos capitais públicos e privados da China, estimulada pelo Estado, seguindo sua estratégia de posicionamento ativo no cenário político e econômico internacional. A maior presença daquele país nas periferias e semiperiferias do capitalismo desde o início do século XXI, através do incremento dos fluxos de comércio, dos IEDs e também da expansão financeira impactam sobremaneira essas regiões, e alguns países, notadamente o Brasil, foram

¹⁸ Amapá, Pará, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul.



beneficiados comercialmente com o *boom das commodities*, por conta da demanda chinesa.

No entanto, estruturalmente, em nada foi alterada a posição dessas regiões na estrutura hierárquica do sistema interestatal. Na verdade, o que ocorreu e ocorre é tão somente a substituição da predominância de antigos parceiros (como os EUA) pela China. Mas o padrão de relacionamento econômico permanece o mesmo: a) uma reedição de uma típica relação centro-periferia do ponto de vista das relações econômicas de comércio, com países como o Brasil exportando produtos primários e importando cada vez mais produtos manufatureiros mais complexos; b) as periferias e semiperiferias sendo receptoras do capital excedente chinês, na forma de IED, através da aquisição de empresas e presença em setores estratégicos, como o setor elétrico, denotando uma ingerência cada vez maior dos capitais externos nessas regiões, reproduzindo também por essa via o padrão histórico de relacionamento com as regiões centrais e, agora, com uma semiperiferia em ascensão que já possui algumas características de centro (a China).

Considerações finais

Desde que rompeu com o isolacionismo, operou reformas liberalizantes e foi reincorporada à economia mundial, a China tem impulsionado em grande medida a internacionalização de suas empresas e de seus capitais. A onda de reformas e medidas levadas a cabo pela cúpula do governo chinês foi bastante efetiva tanto para atrair para o seu interior os fluxos de capital estrangeiro, quanto para expandir a presença das empresas chinesas para além dos limites territoriais marcados pelas suas fronteiras.

Interpretamos que o Estado chinês tem imprimido grandes esforços para a extrapolar esses capitais para conquistar mercados, diminuir os custos de produção de algumas mercadorias, sobretudo matérias-primas que lhe são essenciais, garantir a absorção de parte do valor produzido nos países em que penetram (através dos mecanismos de transferência de valor), contornar a tendência inescapável da queda da taxa de lucro e minimizar processos de desequilíbrio financeiro no âmbito doméstico, através da dinâmica denominada por Harvey (2011) como deslocamento espaço-temporal de capital.

A internacionalização de capitais e o incremento dos fluxos de IED das empresas chinesas são uma importante ferramenta do Estado chinês de inverter parte



do capital excedente do interior de sua economia de modo a garantir a segurança, estabilidade e a máxima acumulação para os capitais privados chineses. Assim, a maior presença da China no cenário mundial, em particular nas periferias e semiperiferias do capitalismo desde o início do século XXI, tem que ser compreendida ao mesmo tempo como um processo de *acumulação de poder* (projeção estatal) e *acumulação de capital* (presença dos capitais chineses no exterior).

Como procuramos demonstrar, o incremento das relações comerciais entre China e Brasil e, mais recentemente, a ampliação do estoque dos IEDs chineses, devem ser considerados como elementos dessa grande estratégia. Em particular, os IEDs daquele país no nosso território se concentram em grande medida no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Dentre os 202 projetos confirmados de 2007 a 2021, cerca de 33,7% estão no setor de energia elétrica e correspondem a aproximadamente metade – 40,5% – de todo valor investido no Brasil. Cabe ainda destacar a expressiva predominância dos investimentos de tipo fusões e aquisições no setor em relação aos investimentos de tipo *Greenfield*. A investigação dos relatórios disponíveis sobre o IED chinês no Brasil, mais precisamente no setor de energia elétrica, aponta a predileção das empresas chinesas pelas aquisições de Usinas Hidrelétricas (UHE), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Linhas de Transmissão (LT).

Como já fora destacado, essa predileção não gera grande espanto se considerados a situação da matriz elétrica brasileira, os recentes programas regionais e nacionais para a promoção de infraestrutura logística e energética promovidos e financiados pelo Estado e a preferência das empresas chinesas pela compra de ativos de empreendimentos já consolidados, evitando o desgaste que essas obras e seus impactos ambientais causam para a imagem dos países e os longos prazos e burocracias nos processos de construção de obras de tamanha magnitude no Brasil.

Por fim, gostaríamos de esboçar uma leitura das tendências que se apresentam para o IED chinês no Brasil nos anos vindouros. O fim do estado de emergência causado pela pandemia mundial da covid-19 que atingiu todos os países – com diferentes níveis de intensidade –, trouxe consigo a volta do crescimento mais substancial dos fluxos de IED no mundo. O Brasil, como destino de IED, não se distanciou da tendência de crescimento de atração desses capitais estrangeiros e apareceu em 2021 na 7ª posição no *ranking* de países que mais atraíram investimentos estrangeiros, segundo levantamento produzido pela UNCTAD (CNN Brasil, 2022).



Assim como o Brasil, que voltou aos níveis pré-pandêmicos no que corresponde à atração de capital internacional, a China reestabeleceu seus níveis de externalização de capitais a partir de 2021. A recuperação dos fluxos de IED da China pode indicar, em consonância com os crescentes anúncios e indicativos de lançamentos de leilões de concessão na geração e na transmissão de energia elétrica, e com a extensão do conflito entre Rússia e Ucrânia, o aprofundamento das dinâmicas experimentadas desde 2012 no Brasil. Isto é, o recente anúncio da ANEEL aos veículos de mídia especializada que o Brasil contratará por meio de leilões de concessão mais de R\$ 88 bilhões em investimentos nas áreas de geração e transmissão de energia nos próximos anos e que se espera, do ponto de vista da evolução física da malha de transmissão, uma expansão aproximada de 35 mil quilômetros até o ano de 2031, em consonância com os planos divulgados pelas grandes centrais estatais de expansão dos seus investimentos no setor de energia elétrica brasileiro, indicam uma tendência de continuidade da predominância do setor energético nos IEDs chineses no Brasil.

As condições favoráveis na aquisição de empreendimentos energéticos por meio dos leilões realizados pela ANEEL, a capacidade de absorver enormes quantidades de capital, a garantia do abastecimento energético para a indústria extrativista e a dificuldade de inserção no setor agropecuário de forma direta no Brasil condicionam os investimentos externos diretos chineses a tomar rumos distintos dos que traça nos demais países periféricos e semiperiféricos com os quais se relaciona.

Por fim, mas não menos importante, parece-nos evidente que o Brasil está a reboque das decisões político-econômicas oriundas da China, materializadas nesse artigo no caso dos IEDs no setor de energia elétrica. Isso se relaciona com nossa *dependência* histórica, pela nossa incapacidade de internalizarmos etapas tecnologicamente mais avançadas das cadeias produtivas globais. E o fato de o Brasil, nas relações comerciais, reeditar com a China a velha relação econômica centro-periferia (exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados mais complexos) não parece configurar uma alternativa distinta, que possa melhorar a posição do nosso país no sistema interestatal.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.



ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (edit.). **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London, Routledge, 2003.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. **New Kids on The Block: China's Arrival in Brazil's Electric Sector**. Boston University's Global Development Policy Center, Boston, v. 12, p. 1-68, dez. 2020.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. London, Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

BRICS POLICY CENTER. **Painel China**. Disponível em <www.bricspolicycenter.org>, Acesso em 30.03.2023.

BUCKLEY, Peter *et al.* The determinants of Chinese outward foreign direct investment. **Journal of International Business Studies**, 38, 499 – 518 (2007). <http://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400277>

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CEBC (Conselho Empresarial Brasil China). **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. Julho de 2010. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2010/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2007-2012/>>. Acesso em 02/06/2022.

_____. **Investimentos Chineses no Brasil: Uma nova fase da relação Brasil-China**. Julho de 2011. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2012/07/12/investimento-chineses-no-brasil-2011/>>. Acesso em 02/06/2022

_____. **Boletim de investimentos chineses no Brasil 2012-2013**. Março de 2014. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2014/07/12/investimento-chineses-no-brasil-2012-2013/>>. Acesso em 02/06/2022

_____. **Investimentos chineses no Brasil 2014-2015**. Julho de 2017. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>>. Acesso em 02/06/2022

_____. **Investimentos chineses no Brasil 2017**. Dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/>>. Acesso em 02/06/2022

_____. **Investimentos chineses no Brasil 2018: o quadro brasileiro em perspectiva global**. Setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>>. Acesso em 02/06/2022

_____. **Investimentos Chineses no Brasil: Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>>. Acesso em 02/06/2022

_____. **Investimentos Chineses no Brasil: 2021, um ano de retomada**. Agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2022/08/31/estudo-inedito-investimentos-chineses-no-brasil-2021/>>. Acesso em 27/03/2023

CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). **La inversión extranjera directa em América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile, Maio de 2012. Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em 15.03.2023

CNN Brasil. **Brasil é o 7º país que mais atrai investimento estrangeiro em 2021, diz a UNCTAD**. 21.01.2022, disponível em <www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em 15.03.2023

CTG – *China Three Gorges Brazil*. **Energia Hidrelétrica**. Disponível em <www.ctgbr.com.br>, Acesso em 30.03.2023

DANNER, Lucas K. **China's Grand Strategy Contradictory Foreign Policy?** United Kingdom, Palgrave Mcmillan, 2018.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

HENDLER, Bruno; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos internacionais**. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.6 n.3 (2018), p.5 - 25.

HIRATUKA, Célio. Chinese OFDI in Brazil: Trend and Impacts, 2000-20017. In: Peters, Dussel Enrique. **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**. Cidade do México: Editora UNAM, 2019.

HUNG, Ho-Fung. **Clash of Empires: from "Chimerica" to the "New Cold War"**. Cambridge (UK), Cambridge University Press, 2022.

JENKINS, Rhys. China's Global Expansion and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 42, Issue 04, 2010, p. 809-837.

KOTZ, Ricardo L; OURIQUES, Helton R. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, julho de 2021, p. 96-113.

LI, Xing. The rise of China and its impact on world economic stratification and re-stratification. **Cambridge Review of International Affairs**, 34:4, p. 530-550, 2020.

LUO, Y; XUE, Q; HAN, B (2010). How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China. **Journal of World Business** v. 45. p. 68 –79.

MEZA-BERNAL, Raúl. Dynamics and prospects for China – Latin America Relations from the perspective of Latin American Scholars. **International Relations**, 22 (3), 2022, p. 464-477.

Montadora chinesa anuncia investimento de R\$ 10 bilhões no Brasil. Agência Brasil, 16.03.2022, disponível em <www.agenciabrasil.ebc.com.br>, Acesso em 22.03.2023.

NACHT, Pablo A. El Dragón en América Latina: las relaciones económico-comerciales y los riesgos para la region. **Íconos**, 45, 2013, p. 141-154.

OURIQUES, Helton R. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. In: GU, Tiejun (org.). **Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.

STATE GRID BRAZIL HOLDING. **Projects**. Disponível em <www.stategrid.com.br>, Acesso em 30.03.2023.

VIEIRA, Pedro A. As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978 – presente). In: OURIQUES, Helton R. (org.). **Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias**. Florianópolis, Editora Insular, 2021, p. 175-207.

ZAKIC, Katarina; RADISIC, Bojan. The results and challenges of Chinese "go global" policy. **The Review of International Affairs**, Vol. LXVIII, n. 1168, October-December 2017, p. 36-55.

Recebido em 03.04.2023.

Publicado em 12.04.2023.

